



**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
CONSELHO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

RESOLUÇÃO GSF Nº 05/2019

**Aprova o Regimento Interno do
Conselho Tributário Municipal**

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º. O Conselho Tributário Municipal, órgão colegiado da Administração Tributária, criado pela Lei Municipal nº 6.734, de 6 de dezembro de 2018, diretamente vinculado à Secretaria de Finanças, composto por representantes do Município de São Bernardo do Campo e dos contribuintes, com independência quanto à sua função de julgamento, tem a finalidade de:

I - Julgar, em grau de recurso e em última instância os tributos administrados pela Secretaria de Finanças, a saber:

- a) Reexame Necessário;
- b) Pedido de Reconsideração;
- c) Recurso Ordinário;
- d) Pedido de Reforma; e,
- e) Recurso de Revisão.

II - Deliberar e editar enunciados de súmulas propostas nos termos da lei acima citada.

III - Propor ao Secretário de Finanças a adoção de medidas tendentes ao aprimoramento do Sistema Tributário do Município e que objetivem, principalmente, a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os da Fazenda Pública Municipal;

IV - Elaborar e modificar seu regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Secretário de Finanças.

Parágrafo único. Não compete ao Conselho Tributário Municipal declarar ou afastar a aplicação da legislação tributária por inconstitucionalidade ou ilegalidade.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Seção I Da Composição

Art. 2º. O Conselho Tributário Municipal compõe-se de:

- I – Presidência;
- II – Câmaras Reunidas;
- III – Câmaras Julgadoras;
- IV - Secretaria do Conselho.

Art. 3º. A Presidência do Conselho Tributário Municipal será exercida pelo Secretário de Finanças em exercício ou seu substituto.

Art. 4º. As Câmaras Reunidas consistem no agrupamento das Câmaras Julgadoras.

Art. 5º. O Conselho Tributário Municipal será constituído por, no mínimo, 2 (duas) e, no máximo, 4 (quatro) Câmaras Julgadoras, compostas, cada uma, por 1 (um) Presidente de Câmara, 1 (um) Procurador do Município e 4 (quatro) Conselheiros, sendo 2 (dois) representantes do Município de São Bernardo do Campo e 2 (dois) representantes dos contribuintes.

§ 1º. Será nomeado um suplente para cada componente das Câmaras Julgadoras com as mesmas atribuições e competências do titular.

§ 2º. Os membros das Câmaras Julgadoras terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos por até duas vezes.

Art. 6º. A Secretaria do Conselho Tributário Municipal será diretamente subordinada aos Presidentes das Câmaras.

Seção II Da Nomeação

Art. 7º. Os Presidentes das Câmaras Julgadoras e seus suplentes serão nomeados pelo Secretário de Finanças, dentre servidores efetivos, com nível superior completo, integrantes dos quadros da Secretaria de Finanças, que tenham, pelo menos 2 (dois) anos de efetivo exercício e conhecimentos em matéria tributária.

Art. 8º. O Procurador do Município e o seu suplente serão designados pelo Procurador-Geral do Município para atuarem junto a cada Câmara Julgadora.

Art. 9º. Os representantes do Município de São Bernardo do Campo e seus suplentes serão nomeados pelo Secretário de Finanças, indicados pelo Diretor do Departamento da Receita dentre servidores efetivos, com nível superior completo, dentre integrantes das carreiras de Auditor Fiscal de Rendas Municipais, Fiscais de Cadastro Tributário e Fiscal Tributário, que tenham pelo menos 2 (dois) anos de efetivo exercício e, preferencialmente, com representatividade das carreiras.

Art. 10. Os representantes dos contribuintes e seus suplentes serão nomeados pelo Secretário de Finanças, deverão ter nível superior completo, preferencialmente em Direito, com conhecimento em matéria tributária.

Art. 11. Compete ao Secretário de Finanças designar um servidor efetivo para responder, com exclusividade, pelos serviços da Secretaria do Conselho Tributário Municipal em suas atividades regulares.

Seção III Da Competência

Art. 12. Compete ao Presidente do Conselho Tributário Municipal:

- I - Nomear, dar posse e exercício aos Presidentes das Câmaras Julgadoras e aos seus Conselheiros;
- II - – Reconduzir os membros da Câmara Julgadora, observado o prazo limite previsto no art. 88 da Lei Municipal nº 6.734/2018
- III - Convocar os suplentes dos Presidentes das Câmaras Julgadoras;
- IV - Fixar a data e o horário da sessão das Câmaras Reunidas, informando, no instrumento de convocação, o assunto a ser abordado;
- V – Presidir as sessões das Câmaras Reunidas e proferir, quando for o caso, o voto de desempate;
- VI - Decidir todos os incidentes ocorridos durante as sessões das Câmaras Reunidas;
- VII – Proferir o juízo de admissibilidade do pedido de reconsideração previsto no art. 69 da Lei municipal nº 6.734/2018;
- VIII - Propor súmulas de caráter vinculante para todos os órgãos da Administração Tributária em função da jurisprudência firmada pelo próprio Conselho Tributário Municipal ou em decorrência de decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em consonância com a sistemática de recursos repetitivos;
- IX - Decretar a nulidade da decisão que:
 - a) Afastar a aplicação da legislação tributária por inconstitucionalidade ou ilegalidade; ou,
 - b) Adotar interpretação da legislação tributária divergente de súmula vinculante;
- X - Estabelecer metas de julgamento e fixar o número mínimo de processos por sessão, de acordo com a conveniência dos serviços em função da quantidade de processos pendentes de julgamento;
- XI - Prestar informações requeridas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pela Polícia Civil a respeito de decisões proferidas pelo Conselho Tributário Municipal;
- XII – Instituir as demais Câmaras Julgadoras previstas no art. 81 da Lei Municipal nº 6.734/2018;
- XIII – Aprovar o regimento interno do Conselho Tributário Municipal e suas posteriores alterações.

Art. 13. São atribuições dos Presidentes das Câmaras Julgadoras e seus suplentes:

- I – Prestar ao Presidente do Conselho as informações por ele solicitadas;
- II – Propor ao Presidente do Conselho a adoção de medidas tendentes ao aprimoramento do Sistema Tributário do Município e que objetivem, principalmente, a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com a Fazenda Pública Municipal;

III - Oficiar ao Presidente do Conselho Tributário Municipal, com antecedência mínima de 2 (dois) meses, o termo final do mandato dos Conselheiros;

IV – Autorizar e conceder o pedido de vistas e o fornecimento de cópias das decisões proferidas pelas Câmaras Julgadoras ao contribuinte interessado ou a seu representante legal, mandatário ou preposto, munido do respectivo instrumento comprobatório de legitimidade ou interesse, nos termos da legislação vigente;

V - Zelar pela distribuição dos processos por ordem alfabética do nome dos Conselheiros para julgamento em segunda instância administrativa;

VI - Apreciar os pedidos dos Conselheiros referentes à justificação de ausência à sessão ou à prorrogação do prazo para retenção do processo;

VII - Transferir a sessão de Julgamento da Câmara para nova data e/ou dia, nos casos em que não é atingido o quórum previsto no art. 99 da Lei Municipal nº 6734/2018;

VIII- Convocar os suplentes nos casos em que os Conselheiros estiverem no gozo de férias e demais licenças previstas na legislação municipal;

IX - Redistribuir os processos, dentro da própria Câmara Julgadora quando o Conselheiro Relator for declarado impedido; tiver perdido o mandato ou ocorrer conexão com processo anteriormente distribuído a outro Conselheiro;

X – Presidir as sessões das respectivas Câmaras;

XI - Proferir o juízo de admissibilidade do pedido de reforma;

XII - Encaminhar os pedidos de providências, diligências ou informações solicitadas pelo Conselheiro Relator às Seção Competente;

XIII - Decidir todos os incidentes ocorridos durante as sessões de julgamento;

XIV - Proferir voto de desempate nos julgamentos das Câmaras, quando for o caso;

XV - Elaborar contrarrazões à interposição do recurso de revisão que será analisado pelas Câmaras Reunidas;

XVI – Desempenhar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente do Conselho, dentre o rol de atribuições do Conselho Tributário Municipal.

Parágrafo único. A critério dos Presidentes das Câmaras, a competência para a elaboração de contrarrazões prevista no inciso XV poderá ser atribuída a um Conselheiro da Câmara Julgadora.

Art. 14. São atribuições do Procurador do Município:

I - Apresentar parecer prévio nos processos que possam afetar a Fazenda Pública Municipal com redução ou cancelamento de crédito tributário em montante igual ou superior a R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais);

II – Manifestar-se no processo a pedido dos Presidentes das Câmaras de Julgamento;

III – Solicitar vistas ao processo e proferir parecer a fim de aclarar questão em julgamento;

IV – Apresentar manifestação quanto à matéria apontada pelo Secretário de Finanças ou pelo Procurador Geral do Município como relevante interesse e repercussão para a Fazenda Pública Municipal.

V- Participar das Sessões das Câmaras Julgadoras.

VI - Comunicar, com antecedência, ao Presidente da Câmara Julgadora, a sua ausência na sessão, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas, a fim de que seja convocado o seu suplente.

Parágrafo único. Ao suplente do Procurador do Município aplicam-se as competências previstas nos incisos I, II, III, IV e V deste artigo.

Art. 15. São atribuições dos Conselheiros:

I – Relatar os processos que lhe forem distribuídos;

II - Comparecer às sessões das Câmaras e julgar os processos e as questões colocadas em pauta;

III – Solicitar, quando necessário, na qualidade de Conselheiro Relator, a realização de diligências, a apresentação de informações e demais esclarecimentos que se fizerem necessários;

IV – Propor ao Presidente da Câmara Julgadora a realização de diligências quando estas se fizerem necessárias e não foram propostas pelo Conselheiro Relator;

V - Observar os prazos para restituição dos processos em seu poder;

VI – Elaborar contrarrazões a respeito de assunto que será objeto de análise pelas Câmaras Reunidas quando solicitado pelos Presidentes das Câmaras de Julgamento;

VII – Comunicar ao Presidente da Câmara a ausência à sessão de julgamento com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Art. 16. Compete à Secretaria do Conselho a execução dos serviços administrativos, dos trabalhos de expediente e das atividades relacionadas com:

I – Receber, registrar, guardar, distribuir e expedir os papéis relacionados com as atividades do Conselho;

II - Receber e guardar os processos;

III – Fornecer ao interessado as informações sobre o andamento dos processos;

IV – Conceder novos prazos para os lançamentos tempestivos;

V – Entregar, mediante recibo, processos encaminhados para o Procurador do Município, nos casos previstos pelo art. 84, § 1º da Lei Municipal nº 6734/2018;

VI – Entregar, mediante recibo, de processos distribuídos aos Conselheiros;

VII – Encaminhar o processo à Seção Competente no caso de pedido de diligência, de apresentação de informações e demais esclarecimentos que se fizerem necessários;

VIII - Elaborar a pauta das reuniões das Câmaras Julgadoras e das Câmaras Reunidas, com a anuência, respectivamente, de seus Presidentes;

IX Assistir aos Presidentes nas reuniões das Câmaras Julgadoras e das Câmaras Reunidas;

X – Elaborar as atas das Sessões;

XI - Promover a publicação das decisões proferidas pelas Câmaras Julgadoras e Câmaras Reunidas e Julgadoras;

XII - Comunicar aos interessados as decisões proferidas pelas Câmaras Julgadoras e Câmaras Reunidas;

XIII – Elaborar os relatórios sobre o desempenho das Câmaras Julgadoras e demais relatórios solicitados pelos Presidentes;

XIV – Atualizar o sistema de informações do contencioso em razão das decisões das Câmaras Julgadoras;

XV – Distribuir, em meio magnético ou não, aos Conselheiros e aos Presidentes a legislação tributária do município e suas atualizações;

XVI – Arquivar, em meio magnético ou não, cópia das decisões proferidas pelo Conselho Tributário Municipal;

XVII – Zelar pela guarda e conservação dos equipamentos do Conselho Tributário Municipal;

XVIII- Promover a interação de atividades com as unidades de julgamento de primeira instância;

XIX – Realizar outras atividades, conferidas por ato do Presidente do Conselho, dentre o rol de atribuições do Conselho Tributário Municipal.

Art. 17. Compete ao integrante da Secretaria, aos Conselheiros, aos Presidentes das Câmaras de Julgamento, ao Procurador do Município e ao Presidente do Conselho manter sigilo de qualquer informação obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades, na forma do art. 198 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Seção IV Dos Impedimentos

Art. 18. É vedado o exercício da função de julgamento, devendo a autoridade competente declarar-se impedida, de ofício ou a requerimento, relativamente ao processo em que tenha:

I – Atuado diretamente na constituição do lançamento do crédito tributário em discussão;

II – Atuado na instrução do processo ou como autoridade julgadora em primeira instância, com relação a processos submetidos à segunda instância de julgamento;

III – Atuado no exercício da fiscalização direta do tributo ou na aplicação de multa por infração à legislação tributária;

IV- Atuado na qualidade de mandatário ou perito;

V - Interesse econômico ou financeiro, por si, por seu cônjuge ou por parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral até quarto grau; e

VI - Vínculo, como sócio ou empregado, com sociedade de advogados, contabilistas ou economistas, ou empresa de assessoria fiscal ou tributária, a que esteja vinculado o mandatário constituído por quem figure como parte no processo;

§ 1º. O Conselheiro deve declarar-se impedido na primeira oportunidade em que lhe couber manifestar-se no processo.

§ 2º. O impedimento pode ser arguido, de forma fundamentada, por qualquer componente da Câmara Julgadora ou Câmara Reunida, na primeira oportunidade em que lhe couber manifestar-se no processo.

§ 3º. O incidente será decidido pelo Presidente de Câmara Julgadora ou pelo Presidente do Conselho, em até 10 (dez) dias, ouvindo-se, se necessário o arguido.

§ 4º. Constatado o impedimento da autoridade julgadora, o processo será redistribuído a outro conselheiro quando o impedido for o relator.

Seção V

Perda da Vaga ou do Mandato

Art. 19. Perderá a vaga no Conselho Tributário Municipal o membro que deixar de tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da respectiva nomeação pela imprensa oficial do município.

Art. 20. Perderá o mandato o membro do Conselho Tributário Municipal que:

I – No exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude, praticar qualquer ato de favorecimento ou deixar de cumprir as disposições legais e regimentais a ele cometidas;

II – Receber quaisquer benefícios indevidos em função de seu mandato;

III – Recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, o exame ou julgamento de processos;

IV – Faltar a mais de 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, num período de 12 (doze) meses, salvo por motivo de doença, férias ou licença prevista em lei; ou

V – Patrocinar, judicial ou extrajudicialmente, em matéria tributária, interesses contrários aos da Fazenda Pública Municipal;

Art. 21. Verificada quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 19 e 20 deste regimento, bem como a exoneração a pedido ou a renúncia de membro do Conselho, o Secretário de Finanças preencherá a vaga, designando, na forma dos artigos 7º, 9º e 10 deste regimento interno.

CAPÍTULO III

RECURSOS EM ESPÉCIE

Seção I

Do Reexame Necessário

Art. 22. A decisão em primeira instância contrária à Fazenda Pública Municipal que reduza ou cancele crédito tributário em montante igual ou superior a R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil) reais, será submetida a um único reexame necessário, dirigido ao Presidente do Conselho Tributário Municipal.

Parágrafo único. O valor mencionado neste artigo será atualizado monetariamente em 1º de janeiro de 2020, com base na variação do índice adotado para correção monetária dos tributos municipais, de acordo com o valor acumulado nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de atualização, obedecendo-se a mesma regra para os exercícios seguintes.

Art. 23. O reexame necessário será encaminhado à Secretaria do Conselho e distribuído entre as Câmaras Julgadoras de acordo com a ordem de constituição destas e por ordem de chegada do processo.

Seção II Do Pedido de Reconsideração

Art. 24. Caberá pedido de reconsideração, dirigido ao Presidente do Conselho Tributário Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão que der provimento ao reexame necessário.

Parágrafo único. O recurso previsto no caput deste artigo será encaminhado para análise e julgamento pelas Câmaras Reunidas.

Seção III Do Recurso Ordinário

Art. 25. Caberá recurso ordinário da decisão:

I – de primeira instância;

II – que denegar pedido de reconsideração de resposta à consulta que apresentar contradição, omissão ou obscuridade.

§ 1º. O recurso previsto neste artigo será dirigido à autoridade julgadora em primeira instância recorrida, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de intimação da decisão.

§ 2º. Transcorrido o prazo previsto no § 1º, sem que ocorra a interposição do recurso ordinário, acarretará o esgotamento da apreciação da matéria em sede administrativa.

Art. 26. Compete à autoridade que proferir a decisão recorrida em primeira instância a preparação do processo para a análise do recurso em segunda instância, devendo proceder na forma prevista no art. 71 da Lei Municipal nº 6.734/2018.

Art. 27. O recurso ordinário será encaminhado à Secretaria do Conselho e distribuído entre as Câmaras Julgadoras de acordo com a ordem de constituição destas e por ordem de chegada do processo.

Seção IV **Do Pedido de Reforma**

Art. 28. Caberá um único pedido de reforma do despacho que denegar o seguimento do recurso ordinário dirigido ao Presidente da Câmara Julgadora.

§ 1º. O recurso previsto no *caput* deste artigo será proposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão e deverá versar sobre as razões para a decisão denegatória do seguimento do recurso ordinário.

§ 2º. Compete ao Presidente da Câmara Julgadora proferir o juízo de admissibilidade do recurso e, na hipótese de provimento do pedido de reforma, encaminhar o processo para distribuição entre os Conselheiros a fim de ser analisado o recurso ordinário.

§ 3º. A decisão denegatória do pedido de reforma ou transcurso do prazo previsto no § 1º deste artigo exauram a apreciação da matéria em sede administrativa.

Seção V **Do Recurso de Revisão**

Art. 29. Caberá recurso de revisão da decisão da Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas:

§ 1º. O prazo para interposição deste recurso é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da notificação da decisão recorrida.

§ 2º. O recurso deverá conter a indicação da decisão paradigmática, bem como demonstração precisa da divergência.

§ 3º. Para as matérias que forem julgadas pela primeira vez pelo Conselho Tributário Municipal, poderá ser indicada como paradigma a decisão proferida em última instância pelo Departamento da Receita da Secretaria de Finanças.

§ 4º. O recurso será restrito à matéria da divergência e somente poderá ser interposto uma única vez.

Art. 30. O recurso de revisão poderá ser interposto pelo:

- I – Sujeito passivo;
- II – Diretor do Departamento da Receita; ou,
- III – Presidente de Câmara Julgadora.

Art. 31. Compete ao Presidente do Conselho Tributário Municipal proferir o juízo de admissibilidade do recurso.

§ 1º. A ausência da indicação a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 29 deste regimento interno ou, quando não ocorrer a divergência alegada ou, ainda, quando se tratar de recurso intempestivo, o pedido será liminarmente rejeitado pelo Presidente do Conselho Tributário Municipal.

§ 2º. Não poderá servir de paradigma a decisão de Câmara que tenha sido reformada pelas Câmaras Reunidas.

Art. 32. Admitido o recurso, o sujeito passivo ou a Administração Tributária, conforme o caso, terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva intimação, para a apresentação de contrarrazões.

§ 1º. Caberá manifestação do Procurador do Município, no prazo de 10 (dez) dias, quando este manifestar interesse em proferir parecer sobre o assunto ou quando assim for designado pelo Presidente da Câmara Julgadora.

§ 2º. O Presidente da Câmara Julgadora poderá delegar a realização das contrarrazões a um Conselheiro.

§ 3º. Antecedendo o envio das contrarrazões à sessão das Câmaras Reunidas, o Presidente da Câmara Julgadora poderá submeter o tema à debate entre os demais Conselheiros, mediante convocação de reunião extraordinária.

CAPÍTULO IV DA DESISTÊNCIA DOS RECURSOS

Art. 33. O Recorrente poderá desistir do recurso em andamento no Conselho Tributário Municipal mediante apresentação de petição ou por termo no processo.

Parágrafo Único. A desistência sujeitar-se-á à homologação pelo:

- a) Presidente do Conselho Tributário Municipal, quando distribuído para as Câmaras Reunidas;
- b) Presidente da Câmara Julgadora, nos demais casos.

Art. 34. Considera-se renúncia ao poder de recorrer ao Conselho Tributário Municipal ou a desistência do recurso já interposto:

I – o pedido de parcelamento de lançamento, conforme legislação específica;

II – a propositura, pelo sujeito passivo, de qualquer ação ou medida judicial relativa aos fatos ou aos atos administrativos de exigência do crédito tributário.

CAPÍTULO V DAS SÚMULAS

Art. 35. Poderão ser editadas súmulas de observação obrigatória pelo Conselho Tributário Municipal e de caráter vinculante para todos os órgãos da Administração Tributária.

Art. 36. As súmulas poderão ser propostas por iniciativa do:

I – Presidente do Conselho Tributário Municipal em função da jurisprudência firmada pelo próprio Conselho;

II – Diretor do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças em matéria interpretativa de legislação tributária no âmbito do município;

III – Presidente do Conselho Tributário Municipal em decorrência de decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em consonância com a sistemática de recursos repetitivos.

Art. 37. A proposta de súmula a ser apresentada pelo Presidente do Conselho Tributário Municipal nos termos do art. 36, inciso I e II, será redigida por Conselheiro por ele designado e deverá ser instruída com, no mínimo 5 (cinco) decisões emanadas pelas Câmaras Julgadoras diversas ou de Câmaras Reunidas no mesmo sentido sobre a matéria a ser sumulada.

Parágrafo único. A proposta de súmula deverá ser apresentada ao Presidente do Conselho, no prazo de 30 (trinta) dias contados do ato da designação.

Art. 38. A proposta de súmula apresentada nos termos do art. 36, I e II deste regimento será encaminhada à sessão de Câmaras Reunidas para deliberação mediante votação de seus membros sobre o seu prosseguimento, nos termos do art. 77, §1º da Lei Municipal nº 6.734, de 06 de dezembro de 2018.

Parágrafo único: Obtida a aprovação de prosseguimento e nos casos previstos no art. 36, III deste regulamento, o Presidente do Conselho Tributário Municipal encaminhará a proposta de súmula ao Diretor do Departamento da Receita e ao Procurador Geral do Município, para conhecimento e manifestação.

Art. 39. A aprovação da proposta da súmula pelo Presidente do Conselho Tributário Municipal dependerá de manifestação favorável do Procurador Geral do Município.

§ 1º. Compete ao Presidente do Conselho Tributário Municipal a decisão final quanto à aprovação da súmula e o seu posterior encaminhamento para publicação na imprensa oficial do Município.

§ 2º. Inicia-se o caráter vinculante da súmula para todos os órgãos da Administração Tributária a partir da sua publicação na imprensa oficial do município.

Art. 40. A revisão, a alteração e o cancelamento da súmula observarão o procedimento de origem da respectiva súmula e os artigos previstos nesta Seção.

CAPÍTULO VI DO FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS

Seção I Das Câmaras Julgadoras

Art. 41. As Câmaras Julgadoras reunir-se-ão, ordinariamente, até 2 (duas) vezes por mês, em dia e hora previamente fixados por ato de seu Presidente, podendo ser convocadas até 2 (duas) sessões extraordinárias mensais, se assim o exigir a necessidade e a conveniência do órgão, devidamente fundamentada no instrumento de convocação.

Art. 42. Submetem-se à análise e decisão das Câmaras Julgadoras os seguintes recursos:

I – Reexame Necessário;

II – Recurso Ordinário;

Art. 43. O processo encaminhado para o Conselho Tributário Municipal será recepcionado pela Secretaria que procederá o seu envio às Câmaras Julgadoras de acordo com a ordem de constituição destas e por ordem de chegada do processo.

§ 1º. Nos casos em que o valor objeto do recurso possa afetar a Fazenda Pública Municipal com redução ou cancelamento de crédito tributário em montante igual ou superior a R\$ 65.000,00 (sessenta

e cinco mil reais), será encaminhado ao Procurador do Município para apresentação de parecer prévio no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º. Os processos já com a apresentação do Parecer Prévio previsto no parágrafo anterior, se for o caso, serão distribuídos dentro da Câmara Julgadora de acordo com a ordem alfabética do nome dos Conselheiros.

§ 3º. No prazo de até 15 (quinze) dias contados da distribuição, o Conselheiro encaminhará a Câmara Julgadora, em meio magnético, o seu relatório e voto, ou se for o caso, o pedido de diligências, de apresentação de informações e demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

§ 4º. Os documentos citados no parágrafo anterior serão encaminhados aos demais integrantes da Câmara Julgadora até 2 (dois) dias antes da sessão para que possam tomar ciência do assunto a ser discutido.

§ 5º. O processo será incluído na pauta da reunião subsequente, salvo orientação em contrário proferida pelos Presidentes das Câmaras Julgadoras.

Art. 44. A pauta da reunião informará o dia, a hora e o local da sessão, indicando o nome do Conselheiro Relator, os números dos processos, o nome do Recorrente e será encaminhada eletronicamente a todos os Conselheiros, ao Procurador do Município e ao Presidente da Câmara Julgadora, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência à realização da sessão.

§ 1º. A sessão somente será instaurada com a presença mínima de 3 (três) dos Conselheiros que as constituem e do Procurador do Município.

§ 2º. O Conselheiro Relator iniciará a leitura do relatório, dando a palavra ao Procurador do Município para apresentar seu parecer prévio, nos casos previstos no art. 84, § 1º da Lei Municipal nº 6.734/2018.

§ 3º. Concluída a leitura do parecer prévio pelo Procurador do Município, o Conselheiro Relator apresentará o seu voto, abrindo assim, a discussão do assunto.

§ 4º. Os Conselheiros e o Procurador do Município poderão analisar o processo sob julgamento e, se for o caso, solicitar vistas ao processo.

§ 5º. O Presidente da Câmara Julgadora poderá, de ofício ou por solicitação de Conselheiro, do Procurador do Município, por motivo fundamentado e justificado, determinar o adiamento do julgamento ou a retirada do processo da pauta.

§ 6º. Retirado o processo para vistas, o julgamento do recurso será suspenso, devendo, obrigatoriamente, ser incluído na pauta da sessão subsequente.

§ 7º. Concluída a fase de discussão do processo, sem que haja interposição de pedido de vistas, os Conselheiros apresentarão seus votos, sendo a decisão tomada por maioria dos votos, cabendo ao Presidente da Câmara Julgadora proferir, quando for o caso, o voto de desempate.

§ 8º. Compete ao Conselheiro Relator realizar a leitura da decisão proferida pela Câmara Julgadora, especificando, nos casos em que a análise tratar do crédito tributário, os respectivos números de lançamentos.

Art. 45. O Conselheiro da Câmara Julgadora, ao retornar o processo retirado para vistas à Secretaria do Conselho Tributário, deverá encaminhar, em meio magnético, o seu relatório e voto os quais serão encaminhados aos demais integrantes da Câmara Julgamento até 2 (dois) dias antes da sessão, para que possam tomar ciência do seu posicionamento.

§ 1º. O Conselheiro iniciará a leitura do relatório e apresentará o seu voto, abrindo assim, a discussão do assunto.

§ 2º. Os demais Conselheiros apresentarão seus votos, sendo a decisão tomada por maioria dos votos, cabendo ao Presidente da Câmara Julgadora proferir, quando for o caso, o voto de desempate.

3º. Compete ao Presidente da Câmara Julgadora realizar a leitura da decisão proferida, especificando, nos casos em que a análise tratar do crédito tributário, os respectivos números de lançamentos.

Seção II **Das Câmaras Reunidas**

Art. 46. As Sessões das Câmaras Reunidas serão realizadas em dias e horários previamente fixados por ato do Presidente do Conselho Tributário Municipal, se assim o exigir a necessidade ou a conveniência do órgão, devidamente fundamentada no instrumento convocatório.

Parágrafo único. A sessão somente será instaurada com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, arredondando-se o número sempre para o inteiro posterior, e deliberação por maioria simples de votos, salvo disposição legal em contrário.

Art. 47. Submetem-se à análise e decisão das Câmaras Reunidas os seguintes recursos:

I – Pedido de Reconsideração;

II – Recurso de Revisão.

Parágrafo único. As propostas de súmulas encaminhadas pelo Presidente do Conselho Tributário Municipal ou pelo Diretor do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças, nos termos do art. 36, I e II deste regimento, serão apresentadas em sessão das Câmaras Reunidas, que decidirá pelo prosseguimento de sua proposta mediante deliberação tomada pelos votos de, no mínimo 2/3 (dois terços) do número total dos Conselheiros que a integram.

Subseção I **Do Pedido de Reconsideração**

Art. 48. O pedido de reconsideração dirigido ao Presidente do Conselho Tributário Municipal será recepcionado pela Secretaria do Conselho que promoverá a sua distribuição, por ordem alfabética do nome dos Conselheiros das Câmaras Reunidas.

§ 1º. No prazo de até 15 (quinze) dias contados da distribuição, o Conselheiro encaminhará à Secretaria do Conselho Tributário Municipal, em meio magnético, o seu relatório e voto, ou se for o caso, o pedido de diligências, de apresentação de informações e demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

§ 2º. Os documentos citados no § 1º deste artigo serão encaminhados aos demais Conselheiros até 2 (dois) dias antes da sessão para que possam tomar ciência do tema a ser discutido.

§ 3º. O Presidente do Conselho Tributário Municipal fixará a data para julgamento.

§ 4º. O Conselheiro Relator iniciará a leitura do relatório e na sequência, apresentará seu voto, abrindo assim, a discussão do assunto.

§ 5º. Os Conselheiros poderão analisar o processo sob julgamento e, se for o caso, solicitar vistas ao processo.

§ 6º. Retirado o processo para vistas, o julgamento do recurso será suspenso, devendo, obrigatoriamente, retornar à Secretaria do Conselho Tributário, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 7º. Concluída a fase de discussão do processo sem que haja interposição de pedido de vistas, os Conselheiros apresentarão seus votos, sendo a decisão tomada por maioria dos votos, cabendo ao seu Presidente do Conselho Tributário Municipal proferir, quando for o caso, o voto de desempate.

§ 8º. Compete ao Conselheiro Relator realizar a leitura da decisão proferida pelas Câmaras Reunidas, especificando, nos casos em que a análise tratar do crédito tributário, os seus respectivos números de lançamentos.

Art. 49. O processo retirado para vistas, ao retornar à Secretaria do Conselho Tributário Municipal no prazo previsto no art. 48, § 6º deste regimento, deverá conter o voto do Conselheiro que poderá acompanhar o voto do Conselheiro Relator ou apresentar voto divergente.

§ 1º. O processo será encaminhado aos demais Conselheiros para apresentarem seus votos no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º. Concluída a fase de votação, o processo será encaminhado ao Presidente da Câmara Julgadora que ensejou a propositura do pedido de reconsideração para realização da contagem de seus votos, sendo a decisão tomada por maioria dos votos e, se for o caso, encaminhar o processo ao Presidente do Conselho Tributário Municipal para voto de desempate.

§ 3º. Compete ao Presidente da Câmara Julgadora que ensejou a propositura do pedido de reconsideração elaborar o texto da decisão proferida pelas Câmaras Reunidas.

Subseção II Do Recurso de Revisão

Art. 50. O recurso de revisão dirigido ao Presidente do Conselho Tributário Municipal será recepcionado pela Secretaria do Conselho que notificará os Presidentes das Câmaras Julgadoras a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, suas contrarrazões.

§ 1º. O Presidente do Conselho Tributário Municipal fixará a data para julgamento.

§ 2º. Após a abertura da sessão pelo Sr. Presidente do Conselho Tributário Municipal, a palavra será dada ao Presidente da 1ª Câmara Julgadora para que sejam apresentadas suas contrarrazões, sendo a seguir, a dada a palavra, sucessivamente, aos Presidentes das demais Câmaras Julgadoras, para apresentação de suas contrarrazões.

§ 3º. O tema será aberto para discussão, devendo os Conselheiros apresentar seus votos, sendo a decisão tomada por maioria dos votos.

§ 4º. Compete ao Presidente do Conselho Tributário Municipal proferir voto de desempate, se for o caso.

5º. Compete ao Presidente da Câmara Julgadora que teve suas contrarrazões vencedoras elaborar o texto da decisão proferida pelas Câmaras Reunidas, ou no caso de empate, o Presidente do Conselho Tributário Municipal designará um Presidente da Câmara Julgadora para elaboração do texto acima citado.

Subseção III Das Súmulas

Art. 51. O Presidente do Conselho Tributário Municipal fixará a data para a sessão que versará sobre a proposta de elaboração de súmula, observado o disposto no art. 45 deste regulamento.

§ 1º. Após a abertura da sessão pelo Sr. Presidente do Conselho Tributário Municipal, a palavra será dada:

I - ao Conselheiro designado a elaborar a proposta nos casos previstos no art. 36, I deste regimento;

II – ao Diretor do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças, nos casos previstos pelo art. 36, II deste regimento.

§ 2º. O assunto será aberto para discussão, devendo os Conselheiros apresentar seus votos, sendo a decisão pelo prosseguimento da proposta ser tomada por, no mínimo 2/3 (dois terços) do número total de Conselheiros que as integram.

§ 3º. Aprovado o seu prosseguimento, a proposta de súmula será encaminhada ao Diretor do Departamento da Receita e ao Procurador Geral do Município, para conhecimento e manifestação.

§ 4º. Denegado o prosseguimento da proposta, o processo será arquivado.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 52. Os Presidentes das Câmaras Julgadoras poderão apresentar propostas de alteração deste regimento interno nos seguintes casos:

I – Implantação de processo digital;

II – Alteração de lei tributária municipal;

III – Aperfeiçoamento e agilização do julgamento dos processos.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Conselho Tributário Municipal aprovar as alterações do regimento interno.

Art. 53. As dúvidas suscitadas na aplicação deste regimento interno e os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente do Conselho Tributário Municipal.

Art. 54. Este regimento interno entra em vigor na data de sua publicação.